



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615



UNISC

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM INTERCULTURALIDADE: A MEMÓRIA SOCIOCULTURAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA¹

Ana Maria Melo de Pinho²
Carine Josiéle Wendland²

EIXO 3 – EIXO TEMÁTICO 03: INTERCULTURALIDADE, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO

É na América do Sul que nos constituímos pesquisadoras, caminhantes. Tão caminhantes quanto indica o nome do Grupo de Pesquisa “Peabiru”, cujo nome Guarani significa caminhos do sol. Assim, somos Peabiru: Educação Ameríndia e Interculturalidade, sob orientação da professora Ana Luisa Teixeira de Menezes, na linha de pesquisa Linguagem, Experiência Intercultural e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul e, aqui partilhamos um pouco dos caminhos percorridos dentro do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE dentro da América Profunda (Kusch, 1999).

De Sul a Sul nos movemos em ações, mobilizadas como caminhantes do grupo de pesquisa e de nossas próprias caminhadas em singularidades, que convergem em questões que atravessam as duas autoras em seus projetos de doutorado em andamento, respectivamente e, nos desafios impostos à educação em interculturalidade, questionamos: como preservar a memória sociocultural dos povos originários no processo de escolarização?

Ana Maria percorreu parte da Argentina, integrando trilhas que levam à Nação Guarani no contexto de sua territorialidade em Misiones, Argentina, especificamente na Comunidad Kaguy Poty, Parque Provincial Reserva Guaraní Mbya, vinculada ao Programa de Pensamiento Americano da Universidad Nacional de Tres de Febrero – UNTREF e a UNaM- Facultad de Arte y Diseño. Carine buscando a interculturalidade da terra no estar-sendo latino-americano em especial aproximação com o Brasil e o México, percorre caminhos na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), no Posgrado en Pedagogía da Facultad de Estudios Superiores Aragón, além de fazer parte do projeto “La formación docente decolonial a través del trabajo comunitario y los desafíos de una educación para los pueblos originarios y urbanos” da Área Acadêmica No. 2 Diversidad e Interculturalidad e integrante da Red de Investigadores en Pedagogías Alternativas y Comunitarias da Universidad Pedagógica Nacional (UPN-Ajusco), perfazendo trilhas de Chiapas a Tijuana.

Esta escrita busca oferecer, assim, reflexões sobre como pensar os processos de escolarização indígena ao estar em interculturalidade, preservando a memória sociocultural dos povos originários ameríndios, propondo desafios que devem ser superados, para práticas e posturas que não venham a reforçar e reproduzir processos colonizadores. Seguimos caminhando na direção da construção de proposições afirmativas, fortalecendo um autêntico diálogo intercultural, onde as relações de reciprocidade, enriquecimento e aprendizagem mútuas, possam emergir a partir da valorização, reconhecimento e colaboração entre as nações

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – Código de Financiamento 001.

² Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

indígenas e não-indígenas.

A MEMÓRIA SOCIOCULTURAL DOS POVOS: DESAFIOS ENTRE EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Ao transitarmos pelos territórios da Argentina e do México, surgiram antigas e atuais questões sobre os processos educacionais propostos para os indígenas, revestidas em novas roupagens que, a partir das atividades dos planos de pesquisa do doutorado sanduíche realizadas, dentre novas leituras, participação em âmbitos acadêmicos e inserção etnográfica colaborativa em novos territórios, puderam ampliar perspectivas.

No contexto argentino, no período de abril a junho de 2024, foram realizadas observações participantes, conversas com indígenas, professores e pesquisadores, que geraram algumas reflexões importantes.

Em meio a processos históricos de embates, tentativas de imposição da cultura ocidental por parte do Estado e das chamadas “sociedade nacionais” e de resistência continuada dos Guarani ao longo dos séculos XIX e XX, as novas legislações trouxeram avanços em relação ao reconhecimento indígena. Como consta na *Constitución Nacional de la República Argentina* que ocorreu em 1994 (Costa e Brighenti, 2018), garantindo direitos, tais como a delimitação territorial. Dentre estes, a obrigatoriedade da escolarização surge como uma prerrogativa de uma política educacional nacional (Resolución, Nº 107/99 do Consejo Federal de Cultura y Educación), preconizando a interculturalidade nos parâmetros educacionais. Segundo Costa e Brighenti (2018), em Misiones, a perspectiva de implementação da educação escolar oferecida à Nação Guarani no contexto de sua territorialidade, trouxe desafios e contradições, já que, entre o que está disposto na lei e o que acontece na prática nas escolas, evidencia fortes contradições, representando, concomitantemente, possibilidades de ganhos, mas também riscos à manutenção das condições estruturais da organização da vida sociocultural do povo Guarani.

Já no contexto Mexicano, os caminhos percorridos de novembro de 2023 a abril de 2024 cruzaram a educação primária e a educação superior. Enquanto no Brasil foi somente a partir da Constituição de 1988 que as comunidades indígenas obtiveram o direito a uma educação específica, no México a história remonta a 1922, onde foi criado o Departamento de Educação e Cultura Indígena (DECI).

Assim, historicamente, a educação se constitui em espaços de formação: em 1977 foi criada a Aliança Nacional dos Profissionais Indígenas Bilingües, em 1978 a Diretoria Geral de Educação Indígena, em 2000 o plano de desenvolvimento estabeleceu a Educação Intercultural Bilingüe e a Coordenação de Educação Intercultural Bilingüe. “Em 2003, publicado na Lei Geral dos Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas que, no Artigo 1, indica que os povos indígenas têm o direito de serem educados em sua própria língua durante o longo prazo da educação básica.” (Vilarim; Martins; Rodrigues, 2022, p. 152-153).

Mesmo o México estando geograficamente na América do Norte, aqui o trazemos como Sul de pensamento, latino-americano e profundo com seus mais de 16.933.283 indígenas, que representam 15,1% da população total, adentramos a esse

México profundo, [que] entre tanto, resiste apelando a las estrategias más diversas según las circunstancias de dominación a que es sometido. No es un mundo pasivo, estático, sino que vive en tensión permanente. Los pueblos del México profundo crean y recrean continuamente su cultura, la ajustan a las presiones cambiantes, refuerzan sus ámbitos propios y privados, hacen suyos elementos culturales ajenos para ponerlos a su servicio, reiteran cíclicamente los actos colectivos que son una manera de expresar y renovar su identidad propia; callan o se rebelan, según una estrategia afinada por siglos de resistencia. (Batalla, 1987, p. 11)

INTERCULTURALIDADE NA AMÉRICA LATINA: DE UMA PONTA A OUTRA EM EDUCAÇÃO

Por um lado, na Argentina, apesar de que a lei prevê o respeito e preservação da cultura, na prática as escolas indígenas são construídas e estruturadas em muitos aspectos, aos moldes da sociedade ocidental, reproduzindo características da estrutura física, administrativa, sócio pedagógica/didática, curricular, dentre outros aspectos (Costa e Brighenti, 2018). Sobretudo, pode-se ressaltar a mesma reprodução em relação aos modos como o conhecimento, em suas disciplinas, aspectos sociais, é produzido, em seus valores, sua finalidade e utilidade, o que vem provocando inúmeras interferências e mudanças nos modos de saberes e práticas dessas culturas. Nesse sentido, a obrigatoriedade da escolarização surge tanto como um direito conquistado, mas como um risco para a preservação da memória sociocultural deste povo.

Eliseu, liderança Guarani, nos conta que, quando o cacique geral das 135 comunidades da província de Misiones teve a iniciativa de aceitar a proposta da implantação das escolas indígenas bilíngues, foi no sentido de atender à necessidade de que as crianças e a juventude, como uma nova geração, pudessem ter a condição de defender os direitos, a cultura e o território indígena, preservando seus costumes, seus modos de ser e viver (Diário de campo, Pinho, 2024). Ao mesmo tempo, pensou como um modo de resistência (e existência), pois representou também uma oportunidade para que, nessa intermediação, os não-indígenas viessem a conhecer a cultura guaraníca, não como uma história do passado, mas como algo vivo, atual, presente e capaz de oferecer conhecimentos válidos para o bem viver na sociedade ocidental.

De modo semelhante, ao que tentamos ao aproximar universidade, comunidade e escola no Brasil, na relação ensino, pesquisa e extensão, no México também foi possível, em investigação, pois um encontro ocorre através da linguagem. Como parte da Red de Centros de Investigación Escolar Alternativa y Comunitaria (CIEAC), foi possível um acercamento da Licenciatura en Educación Indígena da Universidad Pedagógica Nacional com estudantes indígenas advindos das diferentes regiões do país.

Somente na Escuela Normal Bilingüe y Intercultural - ENBIO do estado de Oaxaca, estão atualmente as línguas Zapoteco Sierra Norte, Mixteco, Zapoteco Sierra Sur, Chatino, Zapoteco Istmo, Ikoots, Zapoteco Valles, Ayuuk, Chinanteco, Amuzgo, Triki, Intercultural, Mazateco. Já na Escola Primária "Prof. Vicente González Díaz" do mesmo estado, estão presentes 16 línguas das 8 regiões. A ENBIO celebrou durante os caminhos de pesquisa seu 24º aniversário. Esta, é uma das 27 Escolas Normais do México, estando 11 delas no estado de Oaxaca e a única que é bilíngue segundo a nomenclatura. Nestes caminhos aconteceu o encontro entre Educação Primária e Superior, reforçando as experiências interculturais educativas do México que permitem um acercamento de pensamentos ao buscar descolonizar pensamentos, perpassando desafios interculturais da educação para uma educação intercultural.

Por fim, consideramos que os desafios da educação em interculturalidade nos provocam e convocam a seguir caminhando as trilhas dos Peabirus. Ainda há muito por construir para que a escolarização não venha a sobrepor os processos educacionais, que para os povos originários, são bem mais amplos, para além dos limites da escola, pois remetem a uma cosmovisão, onde os valores da espiritualidade orientam a relação ética e ecológica com a vida, com o viver e o conviver. Estas, são sabedorias conquistadas pelo tempo, pela prática, pelo aperfeiçoamento de si, por isso os mais velhos são os grandes mestres e guardiões. A preservação da memória sociocultural dos povos originários no processo de escolarização acontece quando a legislação é de fato realizada no âmbito escolar, quando há valorização da língua integrada a totalidade das geoculturas e da multiculturalidade existente em todos os rincões da América Latina desde a Argentina até o México, de ponta a ponta.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Interculturalidade. Povos Indígenas. Argentina. México.

REFERÊNCIAS

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo** – una civilización negada. 1987.

COSTA, Rayane Pereira G.; BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Nação Guarani e legislação educacionais no panorama trinacional**: Brasil, Argentina e Paraguai. Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), Itapetininga, v. 5, n.2, p. 140-160, 2018. Edição Especial Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

KUSCH, Rodolfo. **América Profunda**. Buenos Aires: Biblos, 1999.

PINHO, Ana Maria Melo de. **Diário de campo**. Notas sobre a arte Guarani em visitas ao território da etnia Mbya Guarani, na Tekoá Kaguy Poty, no Parque Provincial Reserva Guaraní Mbya de la Provincia de Misiones- Argentina, 2024.

VILARIM, P. R.; MARTINS, D. R.; RODRIGUES, S. P. J.. **Trajetória e meandros da Educação Escolar Indígena em países colonizados pela Espanha**. Bahia: ODEERE: Vol 7, Nº 3. 2022.